



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



180

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0086940-7

COMARCA: RECIFE – 3ª VARA CRIMINAL

APELANTE: LÚCIO FLÁVIO BRAINER JATOBA

APELADO: JOSÉ AUGUSTO BRANCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

PROCURADOR: FERNANDO BARROS DE LIMA

5460

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. LEI DE IMPRENSA. ART. 20, DA LEI 5.250/67 - CALÚNIA. QUEIXA-CRIME REJEITADA. INCONFORMISMO DO QUERELANTE. DECISÃO DO MAGISTRADO A QUO QUE NÃO MERECE REPARO. DECISÃO – A UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO.

1. Querelante denunciado pela conduta – interceptação telefônica - supostamente atribuída a ele pelo querelado. Necessidade de apuração em ação penal própria, inclusive já promovida pelo Ministério Público.
2. Impõe-se a manutenção da decisão que rejeitou a queixa-crime quando não restar demonstrado que a conduta imputada ao querelado figura como típica.

das 1

ACÓRDÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 86940-7, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à **181** unanimidade de votos, em **negar provimento** ao recurso de apelação interposto, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 11 de Dez de 2009.


Marco Antônio Cabral Maggi
Des. Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



182

QUARTA CÂMARA CRIMINAL.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0086940-7

COMARCA: RECIFE – 3ª VARA CRIMINAL

APELANTE: LÚCIO FLÁVIO BRAINER JATOBÁ

APELADO: JOSÉ AUGUSTO BRANCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

PROCURADOR: FERNANDO BARROS DE LIMA

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Criminal interposta por **LÚCIO FLÁVIO BRAINER JATOBÁ** em face da decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal desta Capital que rejeitou, nos termos do art. 44, §1º, da Lei nº 5.250/67 c/c art. 43, III, do Código de Processo Penal, a queixa-crime.

Em suas razões recursais, às fls. 95/100, o recorrente requer o provimento do apelo para que seja cassada a decisão que rejeitou a sua queixa, determinado-se assim o prosseguimento da ação penal, já que no caso restaram preenchidos todos os requisitos de condições da ação: a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade *ad causam* e o interesse processual.

O querelado, em sede de contra-razões às fls. 113/136, pugnou pelo não provimento do apelo.

O douto Procurador de Justiça Criminal ofereceu parecer às fls. 179/181, opinando para que seja negado provimento ao recurso.

É O RELATÓRIO.

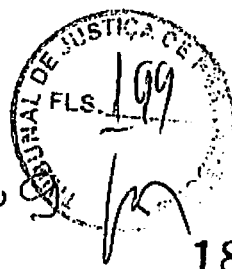
dad 1



Inclua-se o feito em pauta para julgamento.

Recife,

17 de Novembro 2009



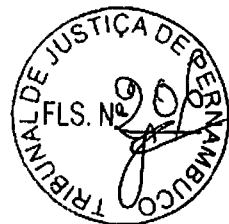
183


Marco Antônio Cabral Maggi

Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



184

QUARTA CÂMARA CRIMINAL.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0086940-7

COMARCA: RECIFE – 3ª VARA CRIMINAL

APELANTE: LÚCIO FLÁVIO BRAINER JATOBÁ

APELADO: JOSÉ AUGUSTO BRANCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

PROCURADOR: FERNANDO BARROS DE LIMA

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Conforme relatado, o apelante, em suas razões recursais, pugna pela cassação da decisão que rejeitou a sua queixa-crime, determinado-se assim o prosseguimento da ação penal.

Analisando os autos, verifico que a decisão ora impugnada, na qual a queixa-crime foi rejeitada, deve ser mantida.

Vejamos.

O ora apelante promoveu ação penal privada contra o querelado, imputando-lhe o crime de calúnia – art. 20, da Lei 5.250/67.

Consta na exordial acusatória que o querelado José Augusto Branco fez inserir no jornal "Diário de Pernambuco" matéria ofensiva à honra do ora

dad

apelante, atribuiu-lhe, falsamente, a autoria do crime disposto no art. 10, da Lei nº 9.296/96, qual seja, realizar interceptações telefônicas.



185

"O advogado José Augusto Branco, contratado por Rodrigo Leicht Carneiro Leão, afirma que o também advogado Lúcio Jatobá – que defende quatro dos acusados – é o responsável pela gravação ilegal. 'A própria reportagem do jornal informa que foi ele quem entregou as fitas contendo as conversas', garante".

Em sua defesa prévia, o querelado contou que foi publicada, em 26/03/2001, a seguinte notícia no jornal Folha de Pernambuco:

"O grampo telefônico é a mais nova arma que os advogados de defesa dos acusados de espancamento do estudante Rodrigo Leicht Carneiro Leão, na boate Downtown, em Porto de Galinhas, Ipojuca, irão usar junto à Justiça, para que o caso seja reaberto. As fitas contendo as gravações telefônicas, seis ao todo, foram entregues a Folha, às 13h30 de ontem, ao editor geral deste jornal, Henrique Barbosa, pelos advogados Eduardo Trindade e Lúcio Jatobá. Segundo os advogados, elas contêm diálogos entre familiares, amigos e demais pessoas ligadas à vítima. O conteúdo das gravações e as vozes das pessoas envolvidas nos diálogos foram traduzidas pelos advogados".

Relatou ainda o querelado que no dia anterior à referida divulgação, ele foi procurado por uma jornalista da Rede Globo que afirmava ter recebido fitas contendo gravações de conversas telefônicas interceptadas, ocorridas entre ele querelado e seu cliente.

Afirmou o advogado querelado que diante da citada notícia, ele dirigiu-se, no mesmo dia (26/03/2001), até a OAB/PE para formalizar uma representação no Tribunal de Ética e reclamar o desagravo público. Contou o bacharel que, no gabinete da Presidência da OAB e diante de vários membros da Ordem, passou a responder às indagações dos repórteres, se pronunciando apenas em defesa da dignidade da profissão e da garantia do sigilo assegurado ao seu cliente, já que tivera seu direito à privacidade violado, bem como o seu sigilo profissional.



Asseverou o querelado que, na oportunidade, não caluniou o querelante, somente respondendo às perguntas dos repórteres em relação à notícia publicada na Folha de Pernambuco.

186

Em sua defesa, esclareceu ainda o advogado que uma queixa-crime análoga a ora aqui debatida já havia sido rejeitada pelo juízo da 1ª Vara Criminal desta capital.

Salientou o querelado que a OAB/PE, em 27/04/2001 publicou no Jornal do Comércio nota de desagravo, na qual constava que *"Considerando que se tornou pública e foi veiculada nos órgãos de imprensa uma gravação clandestina e, portanto, criminosa, entre o advogado JOSÉ AUGUSTO BRANCO e seu cliente Rodrigo Carneiro Leão, de autoria até o momento desconhecida"*.

Quanto à matéria veiculada no Diário de Pernambuco na data de 05/04/2001, esclareceu o querelado que ela referia-se à entrevista do dia 26/03/2001 e asseverou que em momento algum afirmou que o ilustre querelante seria o responsável penal pelas gravações, apenas dizendo que *"a própria reportagem do jornal informa que foi ele quem entregou as fitas contendo as conversas"*. Defendeu ainda que no caso não houve *animus caluniandi*, mas apenas *animus defendendi*, com a intenção de explicar a notícia.

Ora, tendo em vista os esclarecimentos prestados pelo querelado e analisando minuciosamente a matéria do Diário de Pernambuco juntada aos autos à fl. 11, verifica-se claramente que em momento algum o recorrido afirmou que a autoria das interceptações telefônicas era do recorrente, não atribuindo, portanto, qualquer conduta criminosa ao apelante.

É verdade que na referida matéria consta que o advogado José Augusto Branco afirma que o advogado Lúcio Jatobá é o responsável pela gravação ilegal. Todavia, conforme asseverou o querelado em sua defesa prévia, a referida afirmação não pode ser atribuída a sua pessoa, pois decorreu de uma errônea interpretação feita da sua frase *"A própria reportagem do jornal informa que foi ele quem entregou as fitas contendo as conversas"*.



Ora, vê-se assim que o apelado apenas referiu-se ao que constava na matéria da Folha de Pernambuco e falando apenas da entrega das fitas e não da autoria das interceptações telefônicas.

187

Ademais, conforme entendeu o magistrado *a quo*, a referida conduta encontra-se pendente de prova, sendo o apelante um dos denunciados pelo crime de interceptação telefônica, motivo pelo qual faz-se necessário, *a priori*, apurar esse fato e sua autoria.

Nesse sentido, impende transcrever excerto do notável parecer do Douto Procurador de Justiça: *"Não vislumbro outro desfecho que não seja o improvimento do apelo, não podendo a queixa prosperar, tendo em vista que a calúnia constitui imputação falsa de crime, o que foi categoricamente negado na defesa do querelado. Por outro lado, no caso vertente, se encontrava pendente de prova, em andamento então um inquérito policial, tendo sido o mesmo concluído e, o apelante, entre outros, denunciado por conduta tipificada como interceptação de comunicações telefônicas, sem autorização judicial, fls. 140/158, instando a se manifestar sobre a documentação anexada, optou o apelante em silenciar. Diante do exposto, negado o apelado ter imputado conduta criminosa ao querelante, apresentando-se atípico o fato, estando o apelante sendo formalmente acusado por esta conduta, sob o crivo do judiciário, não se pode abrigar a pretensão do querelante/apelante, devendo ser negado provimento ao apelo"*.

Logo, a rejeição da queixa, que imputou ao querelado a prática do crime capitulado no art. 20, da Lei nº 5.250/67, é medida que se impõe, pois do conteúdo da exordial acusatória não se verifica a presença de qualquer conduta perpetrada pelo querelado que configure a prática do citado delito.

Destarte, entendo que não merece qualquer reparo a decisão do juiz *a quo* que rejeitou a queixa do apelante.

Por todo o exposto, e em consonância com o parecer do Douto Procurador de Justiça, meu voto é no sentido de **negar provimento ao recurso de apelação**, para que seja mantida a decisão em todos os seus termos.

É COMO VOTO.

dad